



ILUSTRÍSSIMA SENHORA ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, PREGOEIRA OFICIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2019
PROCESSO Nº 08084.000576/2019-14

GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA- CNPJ 15.219.654/0001-88. devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em referência, vem tempestivamente perante V.Sa., interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em desfavor das empresas **MC PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI-CNPJ: 26.585.402/0001-99**, o que faz pelos seguintes motivos de fato e de direito a seguir expostos.

RESUMO DA PRETENSÃO DO PEDIDO

Segundo os termos do Edital, o pregão 21/2019, cujo objeto dos autos tem por objetivo a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados diversos com fornecimento de mão de obra de apoio operacional e atividades de carregador, almoxarife e motorista não abrangidos pelo Plano de Cargos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, visando atender às necessidades institucionais nas dependências do órgão, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

Ao fim da fase de lances da sessão do pregão 21/2019, a empresa classificada em primeiro lugar, a **MC PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELLI**, foi convocada a apresentar sua proposta ajustada ao lance final, bem como sua documentação de habilitação,

Ocorre que, ao analisarmos a documentação apresentada pela **EMPRESA MC PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELLI**, foi verificado possível ilicitude cometido pela licitante MC, haja vista que, afim de atender as exigências contidas no edital, em especial quanto a qualificação técnica prevista no edital do pregão em tela, a empresa MC Prestações de Serviços de Limpeza Eireli apresentou os seguintes Atestados de Capacidade Técnica:

- 1- **ATESTADO EMITIDO POR Kw Comercial Eireli** – O atestado apresentado pela recorrida não atende ao disposto na IN 07/2018, haja vista que não conta data de início e término da prestação dos serviços. Além disso o contrato não garante que a empresa executou o contrato na sua totalidade, bem como há indícios de irregularidades, uma vez que a empresa emitente do atestado é do mesmo ramo de atividades da recorrida, conforme pode ser verificado através e diligência dos seu CNAE. Além disso carece de DILIGÊNCIA QUANTO A APRESENTAÇÃO de comprovantes de recolhimentos de INSS, FGTS, através de apresentação das guias de GEFIP, SEFIP, RE, Comprovante de Conectividade e folha de



pagamento dos empregados alocados no referido contrato, bem como cópia das notas fiscais do período contratado.

- 2- ATESTADO EMITIDO POR EDUARDO MARTINS DE SOUZA ME– O atestado necessita de DILIGÊNCIA, haja vista que o emitente, aparentemente não contratou o serviço informado, bem como o contrato apresentado carece de maiores averiguações, pois é o mesmo contrato apresentado pela KW comercial, porém com meras alterações para dar ar de veracidade.

Tal atestado carece de DILIGÊNCIA QUANTO A APRESENTAÇÃO de comprovantes de recolhimentos de INSS, FGTS, através de apresentação das guias de GEFIP, SEFIP, RE, Comprovante de Conectividade e folha de pagamento dos empregados alocados no referido contrato, bem como cópia das notas fiscais do período contratado.

- 3- ATESTADO EMITIDO POR ALMIR SEVERINO DO NASCIMENTO – O atestado necessita de DILIGÊNCIA, haja vista que o emitente, aparentemente não contratou o serviço informado, bem como o contrato apresentado carece de maiores averiguações, pois é o mesmo contrato apresentado pela KW comercial, porém com meras alterações para dar ar de veracidade, porém assinados pelos sócios da Antarys e com data diferente do atestado de capacidade técnica.

Tal atestado carece de DILIGÊNCIA QUANTO A APRESENTAÇÃO de comprovantes de recolhimentos de INSS, FGTS, através de apresentação das guias de GEFIP, SEFIP, RE, Comprovante de Conectividade e folha de pagamento dos empregados alocados no referido contrato, bem como cópia das notas fiscais do período contratado. **Vale ressaltar ainda que o contrato 5921/2018, do qual se refere o Atestado e capacidade técnica apresentado pela recorrida**, resultou em mais 05 atestados de capacidade técnica com objetos e quantitativos diferentes, os quais foram alvos de diligência em outros pregões, cuja recorrida não conseguiu comprovar a veracidade das informações prestadas e que resultaram na sua inabilitação, sendo QG do Exército pregão 09/2019, CNPQ pregão 06/2019, FUNASA/GO pregão nº 03/2019, PRF pregão nº 17/2019 e CAPES pregão 18/2019, ou seja, os atestados foram emitidos de acordo com necessidade de conveniência da recorrida.

- 4- Atestado de capacidade Técnica emitido pela empresa ANTARYS ATACADISTA, datado de 08 de dezembro de 2016- Tal atestado não poderia ter sido aceito pela douta comissão, haja vista que o atestado foi emitido com período de prestação de serviços antes da data de constituição da empresa Recorrida, a qual foi constituída em 22/11/2016, conforme consta do cartão CNPJ e o atestado foi emitido em data de prestação de serviços de outubro de 2016, como pode uma empresa trabalhar antes de existir de fato e de direito? **Tal atestado carece de DILIGÊNCIA QUANTO A APRESENTAÇÃO de comprovantes de recolhimentos de INSS, FGTS, através de apresentação das guias de GEFIP, SEFIP, RE, Comprovante de Conectividade e folha de pagamento dos empregados alocados no referido contrato, bem como cópia das notas fiscais do período contratado.**



- 5- Atestado de capacidade Técnica emitido pela ANTARYS ATACADISTA apresentado ao MJ carece de maiores averiguações.

Senão vejamos:

Ocorre que a Recorrida apresentou este mesmo atestado de capacidade técnica no pregão nº 18/2019 promovido pela CAPES-UASG 154003, o qual também não conseguiu comprovar a veracidade das informações apresentadas no atestado, haja vista que do mesmo contrato, esta Recorrida possui mais 5 atestados, sendo um apresentado na **PRF pregão nº.17/2019-UASG 200109**, com data de 22 de agosto de 2019, com 24 postos, outro apresentado no **CNPQ pregão nº 06/2019-UASG 364102**, datado de 22 de maio de 2019 com 43 postos, outro apresentado no **Comando do Exército pregão nº,09/2019 UASG 160186** datado de 22 de agosto de 2019 com 10 postos, outro apresentado no **INEP pregão nº ,08/2019 UASG 153978**, datado de 15 de agosto de 2019 com 42 postos e outro apresentado na **FUNASA/GO-pregão nº 03/2019-UASG 255009**, datado de 15 de agosto de 2019 com 32 postos, **ou seja, os Atestados emitidos pela Antarys Atacadista são de acordo com a necessidade e conveniência da empresa MC Prestações de Serviços de Limpeza Eireli Ltda, o que não se pode admitir.**

Como se vê duto pregoeiro, em todos os pregões citados acima, a empresa MC Prestações de Serviços de Limpeza Eireli, tentou, de forma ardilosa, habilitar nos referidos pregões, sem sucesso, haja vista que em Diligências mais detalhadas, efetuadas de forma legal, a empresa recorrida não conseguiu comprovar que efetivamente pretou todos os serviços mencionados nos atestados de capacidade técnica apresentados por ela, colocando-os em situação duvidosa quanto a veracidade das informações ali prestadas. Portanto, não poderia esta comissão deixar de diligenciar de forma mais cautelosa os atestados por ela apresentados.

Tal afirmação, baseia-se nas diligências feita pela comissão principalmente pelo INEP, para as quais a empresa MC não conseguiu comprovar a veracidade das informações prestadas, tanto no atestado de capacidade técnica quanto no contrato e nos comprovantes de pagamentos solicitados pelo pregoeiro no ato das diligências, fato este que, salvo engano, foi aberto processo administrativo naquele órgão para apurar a conduta da ora recorrida.

Além disso vale acrescentar também a existência de vínculo societários entre a empresa MC e a empresa dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida

DOS MOTIVOS QUE AUTORIZAM O PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO

Vê-se que a empresa supra citada, de forma proposital, não atendeu as exigências contidas no ato convocatório, a qual declarou pleno conhecimento e atendimento aos requisitos do edital, demonstrando assim, total vinculação ao ato convocatório que, por conseguinte, sujeita inclusive responsabilidade sob eventuais sanções que por ventura lhes sejam impostas, um vez que, ao participar do pregão, aceitou e concordou com as regras editalícias.



Essa postura imposta pelas licitantes acarreta prejuízos à Administração Pública, tendo em vista que atrasa e onera o procedimento licitatório.

Além disso ficou evidente a inobservância, por parte das licitantes, do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que o Edital, no seu item 20-subitem 20.1, traz a seguinte redação:

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(...)

Como se vê senhor pregoeiro, todas as licitantes que deixaram de atender as solicitações feitas pela doughty comissão no ato do pregão, incorreram nas penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, cujas penalidades são passíveis de impedimento de licitar e contratar com a União, bem como do descredenciamento da licitante do SICAF, pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no ordenamento jurídico cabível.

Com o devido respeito, não cabe ao pregoeiro flexibilizar nesse ponto o cumprimento da Lei e das normas Editalícias.

A função administrativa e judicial do controle vem tornando cada vez mais árdua a função do pregoeiro. Premido pelo dever de buscar a proposta mais vantajosa, **deve ser o juiz do processo licitatório**. A única segurança que pode tranquilizar o exercente dessa função é o fiel cumprimento das normas Editalícias.

A flexibilização, por interpretação unipessoal do pregoeiro, compromete a isonomia e viola a impessoalidade.

Dessa forma, com o devido respeito, os fatos e fundamentos expostos **levam ao provimento do presente recurso, afim de que sejam feitas todas as diligências cabíveis, afim de sanar toda e qualquer dúvida sobre a documentação apresentada pela empresa recorrida e ao fim, caso seja averiguado qualquer irregularidade cometida pela recorrida, seja a mesma declarada INABILITADA, bem como, caso comprovada alguma irregularidade, seja aberto processo de aplicação de penalidades contra a empresa MC PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE**



LIMPEZA EIRELI-CNPJ: 26.585.402/0001-99, resguardado o Devido Processo Legal, a Ampla Defesa e o Direito ao Contraditório.

Nestes termos

Pede e aguarda deferimento.

Brasília, 29 de outubro de 2019.

GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
CNPJ Nº 15.219.654/0001-88